

Florescência textual e recursos sociais: notas sobre a Islândia medieval^{1,2}

Textual Efflorescence and Social Resources: notes on mediaeval Iceland

Itamar Even-Zohar *
Universidade de Tel Aviv - TAU

Tradução de Eduardo Luis Araújo de Oliveira Batista*
Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes

561

RESUMO: A reconhecida dupla função dos produtos e atributos culturais, mais especificamente a instrumentalidade e a simbolicidade, que pode ser explícita em alguns casos, com frequência permanece encoberta em outros. Conceber carros ao mesmo tempo como veículos práticos e como sinais de status pode parecer um caso óbvio que dispensa explicações. Em contraste, textos, especialmente aqueles considerados como destituídos de alguma função prática, parecem um caso menos óbvio. A que propósitos práticos ou úteis podem servir os textos não práticos, e em que sentido e em que medida eles podem se tornar bens valiosos? Essas questões têm sido discutidas em diversas tradições acadêmicas de várias maneiras, mas por alguma razão a utilização de textos como um fator principal na criação de recursos e energia social ainda não

¹ Baseado em comunicações feitas no workshop internacional Polysystem Theory and Beyond, Università Ca' Foscari, Veneza, 4-5 de outubro de 2010, e no seminário Intercultural Studies Group, Tarragona, Universitat Rovira i Vergilli, 21 de janeiro de 2011. Agradeço a Axel Kristinsson, Peter Raulwing, Thomas Harrington, Jón Karl Helgason, e Massimiliano Bampi por seus valiosos comentários e sugestões. Gostaria também de agradecer a Elias Torres Feijó por sua valiosa atuação na revisão desta tradução do artigo para a língua portuguesa

² Nota do tradutor (N.T.): Texto originalmente publicado em inglês em *Textual Production and Status Contests in Rising and Unstable Societies*, Bampi, Massimiliano & Marina Buzzoni, eds. Venice: Edizioni Ca' Foscari - Digital Publishing, 2013, pp. 11-32. Gostaria de agradecer a Itamar Even-Zohar a autorização para tradução e publicação de seu artigo em língua portuguesa, assim como por sua atenta supervisão e revisão durante a tradução. Agradeço ainda a Massimiliano Bampi pela autorização para publicação do artigo, e ao Prof. Elias Torres Feijó, da Universidade de Santiago de Compostela, e a Diego do Nascimento Rodrigues Flores, da Universidade Federal do Espírito Santo, pela ajuda na revisão do texto traduzido.

* PhD e Professor Emérito de Pesquisa da Cultura da Universidade de Tel Aviv (TAU).

* Doutor em Teoria e História da Literatura pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

se tornou um tema de maior prioridade na agenda de nenhuma das disciplinas relacionadas ao assunto. Neste artigo tentarei chamar atenção para a relação entre atividade textual e energia social em conexão principalmente com o surpreendente caso da Islândia medieval.

PALAVRAS-CHAVE: Pesquisa de cultura. Estudos nórdicos medievais. Dinâmica histórica e sócio-cultural da textualidade. Estudo comparativo da busca por recursos.

ABSTRACT: The overt double function of culture traits and products, namely instrumentality and symbolicity, which may be explicit in some elements, often remains hidden for other ones. Cars as practical vehicles and signs of status may appear as an obvious case that does not need much explanation. In contrast, texts, especially those considered to be non-practical, seem to be a less obvious case. What useful or practical purposes can non-practical texts serve, and in what sense and to what extent may they become valuable possessions? These questions have been discussed in various scholarly traditions in a variety of ways, but somehow the operation of texts as a major factor in the creation of social resources and energy has not yet become a high priority issue on the agenda of whatever related disciplines. In this paper, I will attempt to draw attention to the relation between textual activity and social energy in connection mostly with the puzzling case of mediaeval Iceland.

KEYWORDS: Culture Research. Mediaeval Nordic Studies. Historical socio-cultural dynamics of textuality. Comparative study of the quest for resources.

Status, simbolicidade e instrumentalidade dos textos

562

A reconhecida dupla função dos produtos e atributos culturais, mais especificamente a instrumentalidade e a simbolicidade, que pode ser explícita em alguns casos, com frequência permanece encoberta em outros. Conceber carros ao mesmo tempo como veículos práticos e como sinais de status pode parecer um caso óbvio que dispensa explicações. Em contraste, textos, especialmente aqueles considerados como destituídos de alguma função prática, parecem um caso menos óbvio. A que propósitos práticos ou úteis podem servir os textos não práticos, e em que sentido e em que medida eles podem se tornar bens valiosos? Essas questões têm sido discutidas em diversas tradições acadêmicas de várias maneiras, mas por alguma razão a utilização de textos como um fator principal na criação de recursos e energia social ainda não se tornou um tema de maior prioridade na agenda de nenhuma das disciplinas relacionadas ao assunto. Neste artigo tentarei chamar atenção para

a relação entre atividade textual e energia social, principalmente em relação com o surpreendente caso da Islândia medieval.

“Simbolicidade textual” significa que a posse de textos *per se* é vista como um símbolo de prestígio e status, permitindo aos seus donos adquirir mais privilégios em quaisquer contextos relevantes - um círculo restrito, uma sociedade inteira, ou um grupo de diferentes sociedades - exercendo assim um papel na competição entre indivíduos e grupos. Como argumentei em outro texto (EVEN-ZOHAR, 2002), ao longo da história houve uma alternância entre a posse individual (detentores do poder) e a comunal (um grupo inteiro) desses textos. Em períodos em que a própria existência de um grupo dependia da solidariedade e da coesão entre seus membros, a propriedade comunal tornou-se indispensável. Em tais situações, língua e textos com frequência eram promovidos ao topo das prioridades por sua fácil difusão e consumo imediato, em contraposição aos objetos imóveis (ainda que mesmo tais objetos poderiam ser difundidos pelo compartilhamento via língua e textos).

A noção de textos não deve se restringir apenas a textos escritos, apesar de que desde a invenção da escrita, em torno do final do IV milênio a.C. na Mesopotâmia, os textos escritos tenderam a assumir continuamente uma maior valorização frente aos textos orais. Entretanto, os textos orais perseveraram ao longo da história, seja como uma produção natural da fala cotidiana, como produtos periféricos de baixo status ou de grupos dissidentes e subversivos, ou ainda como seu exato oposto, i.e., como epítome de grande autoridade e conhecimento exclusivo. Muitos textos de elevado status que se tornaram itens duradouros de cânones institucionalizados foram produzidos oralmente, ou apresentados como tais, antes de serem finalmente registrados em textos escritos. Textos como a Epopeia de Gilgamesh, a Bíblia Hebraica, o Novo Testamento, o Corão, o Mahabharata, a Ilíada, o Talmude e o Kalevala são apenas alguns exemplos dessa tradição de longa duração. Sabemos que os textos dos evangelistas, por exemplo, tiveram que ser perpetuados oralmente, e muitas vezes de forma subversiva antes que o Cristianismo adquirisse poder

para tornar-se capaz de espalhar livremente seu evangelho. A transcrição do Talmude, por outro lado, foi um projeto planejado quando se temeu que os textos recitados por gerações (de 200 a 500 d.C.) não poderiam mais ser mantidos com segurança oralmente.

Na Islândia a legislação permaneceu em texto oral até o fim da chamada era “republicana” [do Estado Livre islandês]³, e sua recitação continuou sendo a maior obrigação do Legífero (lǫgsögumaðr)⁴ no Alþingi (“Assembléia Geral”) vários séculos após o domínio da escrita textual no país. Assim, Snorri Sturluson, um autor prolífico de proeminentes textos históricos e narrativos, permaneceu leal à textualidade oral em seus longos e repetidos mandatos como legífero, mesmo com uma compilação escrita de leis (a agora perdida *Haflíðaskrá*) já existindo desde 1117-1118 em consequência da decisão do Alþingi. Como Gíslí Sigurðsson (2004a, p. 57) afirma, “o poder e prestígio [do legífero] era baseado não em um livro, como acontecia na igreja, mas no conhecimento que o legífero devia adquirir dos lábios de outros homens sábios”. Citando uma passagem do *Grágás*, Gíslí comenta:⁵

[...] isso [i.e., o trecho citado] dá uma ideia do poder que a ausência de um livro de consulta para decidir sobre pontos em divergência coloca nas mãos de um pequeno grupo de especialistas na lei, que tinham a potestade de decidir entre eles mesmos o que era lei e o que não era. À luz do que foi dito posteriormente sobre as conexões de Haflíði Masson com as visões episcopais de Skálholt e Hólar, o registro escrito da lei em Breiðabólstaður no inverno de 1117-8 pode ser visto como o primeiro passo em um movimento dirigido pelos aliados da Igreja para apoderarem-se do domínio secular dos legíferos, um domínio sobre o qual a Igreja iria posteriormente exercer considerável influência (SIGURÐSSON, 2004a, p. 58).⁶

3 N.T.: A Comunidade Islandesa ou Estado Livre Islandês, em islandês: Þjóðveldið (“A república”), foi um estado existente na Islândia entre o estabelecimento do Alþingi em 930 e a promessa de fidelidade ao rei da Noruega em 1262.

4 N.T.: A função de legífero tem sua base em uma antiga tradição germânica comum, na qual se pedia a homens sábios que recitassem as leis, mas foi apenas na Escandinávia que a função evoluiu até um ofício.

5 N.T.: Todas as citações em línguas estrangeiras foram traduzidas por mim.

6 Essa perspectiva já foi proposta por Gíslí Sigurðsson em SIGURÐSSON, 1994.

Conseqüentemente, não há razão para presumir que os legíferos “necessariamente consideraram um grande alívio para suas memórias sobrecarregadas a fixação da lei em texto escrito - como os estudiosos modernos parecem sugerir ao expressarem surpresa com o fato da lei não ter sido registrada em texto escrito antes” (p. 59), o que finalmente levou Sigurðsson à conclusão de que

não há de fato nenhuma razão convincente para supor que a fixação da lei em forma escrita tenha sido um alívio para os legíferos. Ao contrário, eles provavelmente orgulhavam-se de seu conhecimento e consideravam o exercício oral e o aprendizado da lei como uma parte essencial do treinamento do jovem legislador (SIGURÐSSON, 2004a, p. 60; ver também KJARTANSSON, 2009).

O estado oral ou escrito das chamadas sagas islandesas, por outro lado, parece estar menos claramente determinado, com evidências contrárias e a favor sendo apresentadas ao longo dos últimos duzentos anos, apesar de ninguém ter contestado a plausibilidade da presença de tradições orais na base de pelo menos algumas das sagas de família, e do grande apelo contido na vigorosa defesa que Gisli Sigurðsson faz em seu importante livro (2004a) para que a controvérsia seja totalmente abandonada em proveito das vantagens da análise das características orais.

Tanto os textos orais quanto os escritos podem, portanto, granjear e conferir poder, status e prestígio. A capacidade de produzir os textos e de possuí-los materialmente tornou-se uma questão de valor. Grupos com um cânone rico poderiam menosprezar grupos com cânones pobres ou sem cânones, e a posse, seja simbólica (como “nós possuímos Shakespeare”) ou material (como “nós temos os manuscritos originais das sagas”) conferiam melhores posições competitivas, que por sua vez poderiam servir como legitimação para todos os tipos de ações e reivindicações sobre territórios e recursos. Por exemplo, ainda que a Islândia tenha declarado sua independência em 1944, foi apenas em 1971, quando o acordo com a Dinamarca sobre o retorno dos manuscritos foi assinado, que a “final confirmação de que a Islândia tinha obtido sua independência da

Dinamarca” foi aceita (SIGURÐSSON, 1996, p. 60-61).⁷ Um caso oposto, que acho ser uma rara evidência da frustração dos não-possuidores [de textos], foi apresentada pelo escritora ucraniana Oksana Zabuzhko, ao reivindicar que “se na época Leysa Ukrainka e Mykhailo Kotsiubynskyi fossem conhecidos no mundo no nível que Tolstói e Dostoievsky são, nosso país não precisaria ter desistido de suas armas nucleares. E isso não é apenas uma metáfora” (ZABUZHKO, 2007). Em contraste com a falência da Ucrânia, a URSS, em sua visão, teria tido sucesso mesmo nos seus negros dias de terror em razão da reputação dos textos literários russos:

Não nos esqueçamos: por cerca de cem anos Tolstói e Dostoievsky têm sido uma marca registrada da Rússia, e em grande medida toda a revolução bolchevique foi mediada na consciência da elite intelectual e política ocidental através de Tolstói e Dostoievsky como os “guias” para a “misteriosa alma russa”. Lênin, bolchevistas, mesmo chekistas encabeçados por Dzerzhinsky foram percebidos para além da cortina de ferro não como criminosos políticos, que estavam eliminando qualquer alma vivente, incluindo a “russa”, mas como heróis dos clássicos russos, ansiosos para “salvar o mundo” - e isso teve o mais direto impacto sobre o sucesso internacional da política estalinista (ZABUZHKO, 2007).

De acordo com a regra do cânone (SELA-SHEFY, 2002), textos prestigiosos não precisam ser ao mesmo tempo textos em circulação como ferramentas de trabalho (EVEN-ZOHAR, 2002). Símbolos de status, sejam materiais ou semióticos, podem alternar entre estados instrumentais diretos e indiretos. Assim, um texto que não se apresenta mais diretamente ativo pode ser reciclado ou “revivido” para se tornar ativo em algum momento. Em termos gerais, não é sempre claro qual é a principal função em um dado caso, permitindo-nos assim pensar sobre uma dada situação de atividade textual como potencialmente portadora de uma constante dupla funcionalidade. De fato, a distinção pode se tornar importante não apenas para períodos quando

7 Jón Karl Helgason discute uma tentativa prévia de repatriação, a transferência dos ossos do poeta nacional Jónas Hallgrímsson da Dinamarca para a Islândia em 1946 (HELGASON, 2003, 2011), mas a iniciativa dessa ação foi um assunto privado, e não envolveu quaisquer animosidades entre a Dinamarca e a Islândia, e acima de tudo, como Helgason descreve em detalhes, não criou um espírito de unificação como a posterior repatriação das sagas. Entretanto, esse evento pode ter inspirado o governo islandês a iniciar seu mais audacioso projeto de “trazer as sagas para casa”.

os textos estão diretamente ativos, mas quando eles cessam sua atividade e ainda continuam mantendo seu impacto por meio do mercado de bens de valor. Por “diretamente ativos” estou me referindo a textos consumidos por seus conteúdos. Como tais, eles podem se tornar “ferramentas” para uma ampla variedade de tarefas, sendo uma das principais oferecer-se como uma fonte para interpretar o mundo e para nele agir. Em outras palavras, eles funcionam como *loci* de repertórios culturais, onde soluções para o gerenciamento da vida que são conhecidas implicitamente por meio de práticas culturais tornam-se explicitamente formuladas. Assim como as gramáticas escritas tornaram as pessoas conscientes da maneira como elas usam a linguagem e serviram como ferramentas para ensinar novas gerações a manterem a linguagem de seus ancestrais, também os textos apresentam gamas de opções para gerir a vida. Isto se aplica a todos os tipos de textos, diretos e indiretos, práticos e não-práticos. Desde a antiguidade, nós temos conjuntos de instruções, como compilações de leis e manuais. As Leis do Hamurabi (Harper 1904; Driver, Miles 1952-1955), ou o antigo manual hitita escrito por Kikkuli para o treinamento e tratamento de cavalos de carruagem usados em batalhas⁸, são certamente alguns dos mais proeminentes na história mundial. Certamente a maioria das pessoas não acharia conceitualmente difícil pensar em tais textos como diretamente instrumentais.⁹ A dúvida poderia surgir com textos que parecem não servir a nenhum propósito instrumental. A Epopeia de Gilgamesh, por exemplo, pode parecer um caso intrigante, pois é difícil para nós entendermos a que propósito ela pode ter servido no contexto de sociedades tão remotas das nossas, uma vez que pensar no texto em termos de “literatura”, uma instituição

8 Esse texto, encontrado nos arquivos reais da capital hitita de Hattuša (hoje Boğazkale na Turquia), é uma interpretação neo-hitita do século XIII BC do original. De acordo com alguns estudiosos, a redação corrige o uso não proficiente do hitita em redações prévias (dos posteriores séculos XIV e XV), uma característica que acredito reforça a natureza prática das redações originais, e possivelmente é evidência da alta posição da última versão (conhecido pela hitologia como CTH 284; ver RAULWING, 2006 para uma detalhada discussão, e RAULWING, 2006, p.62, para uma discussão sobre o nível de domínio linguístico).

9 As Leis de Hammurabi contêm não apenas leis, mas também autoelogios nos quais Hammurabi descreve-se como alguém que veio governar sob a égide dos deuses, e criou leis “para fazer com que a justiça prevaleça na terra, para destruir a perversão e o mal, para impedir que o forte oprima o fraco, [...] para iluminar a terra e para promover o bem-estar do povo” (HARPER 1904, p. 3, p. 99).

já aceita como fato nos dias atuais, seria extremamente anacrônico. No entanto, sem dúvida a epopeia serviu a algum importante propósito tendo em vista o fato de que foi copiada repetidamente por todo o Crescente Fértil por vários séculos e mantida nas livrarias reais, da mesma maneira que o manual de Kikkuli, assim como foi quase literalmente incorporada em textos produzidos por outros grupos.¹⁰

A função instrumental de textos não-práticos precisa então ser reconhecida em vista de sua produção e consumo por tantas sociedades humanas ao longo da história. Existe certamente um bem conhecido argumento que explica sua existência pela primordial propensão humana de contar histórias como uma forma de passatempo. Acredita-se que tal propensão tenha permeado a vida das sociedades humanas em tal nível a ponto de os grupos que não a possuem serem considerados geralmente como exceções.¹¹ Sendo esse argumento falso ou verdadeiro, para além do entretenimento, ou talvez como sua própria *raison d'être*, esses textos podem atuar como os reconhecíveis grupos de instruções práticas, tendo até mesmo mais poder do que estes últimos, uma vez que textos indiretos podem com frequência funcionar mais eficientemente do que os diretos. Contar uma história sobre um pobre camponês roubado ao caminhar para o mercado da cidade, que foi então compensado pelo governador com um gesto de *Mâat* (justiça; ver Assmann, 1989) pode ser uma propaganda mais poderosa em benefício do Estado do que alguma lei abstrata que determine tal procedimento (como o código de lei do rei Hamurábi [aproximadamente em 1772 a.C.], §23).¹² Ao apresentar representações de situações possíveis, em lugar de instruir, esses textos podem assim funcionar melhor como modelos para situações permitidas, possíveis ou proibidas. Como tal, eles devem ser

10 Por exemplo, a história principal e algumas frases na história da inundação no livro do Gênesis são totalmente idênticas àquelas da epopeia de Gilgamesh, apesar da estrutura da narrativa e dos nomes dos protagonistas serem diferentes. Outra reencarnação transparece em Landnámabók na história de Flóki (ver CLEWORTH 2009 com bibliografia adicional).

11 Daniel Everett (2011) considera o povo Pirahã no Amazonas como um exemplo desses casos.

12 “Se o criminoso não for capturado o homem que foi roubado deve, na presença de deus, fazer uma declaração por itens de sua perda, e a cidade e o governador em cuja província e jurisdição o roubo foi cometido deverá compensá-lo por tudo que tenha perdido” (Código de Lei de Hamurábi, §23, HARPER 1904, p. 19).

capazes de servir propósitos variados de controle individual e da sociedade ao longo da história, obviamente também atuando em busca de poder e dominação. Devemos considerá-los, portanto, não como um tipo textual secundário, que pode ter surgido na história da humanidade quando as pessoas passaram a ter algum tempo livre das tarefas mais urgentes (como treinar cavalos ou regular o tráfego), mas como um tipo primário que pode ter aparecido anteriormente ou concomitantemente aos textos práticos.

Em resumo, enquanto tarefas urgentes de regulação precisam ser frequentemente abordadas por instruções específicas e explícitas, os propósitos de persuasão e coesão podem ser melhor atingidos por meio do que chamaríamos de cenas verossímeis da vida na forma de parábolas e histórias. Um “discurso legitimador [comumente aceito], um modo de persuasão que garantiria o consentimento” (LAWRENCE, 1996, p. 59) pode revelar-se um investimento lucrativo. Manifestamente, nos estados desestabilizados, tanto aqueles emergentes no processo de se organizar, quanto aqueles em crise, um grupo vê-se em necessidade crítica de criar acordos para regular as relações entre seus membros - tais como dizer um ao outro quem é quem, ou seja, quem possui mais direitos e quem precisa obedecer, quem pode reclamar posses e quem não pode, e assim por diante. É por isso que geralmente encontramos a florescência textual mais intensa em tais momentos, e talvez com mais intensidade em pequenas do que em grandes sociedades. Apesar dessa proposição exigir um escrutínio histórico bem maior, parece que o princípio a governar aqui é o grau de institucionalidade. Quanto mais estabelecido o poder, menos florescência tem lugar. Quanto maior a necessidade para justificativa, legitimação e criação de consentimento, é mais provável que os textos se multipliquem.

Sociedades em transição obviamente têm uma forte necessidade de se estabilizar. Situações de transição podem surgir sob circunstâncias diversas, tais como migração, perda de controle político, unificação forçada ou voluntária, secessão e outros. Estabelecer acordos, criar um sistema de

confiança (Fukuyama 1995) ou, por outro lado, acumular capital social (Linn 1995, 2010) tornam-se tarefas urgentes tanto no nível individual quanto no coletivo. Isso interessa ao grupo assim como a cada um dos seus membros individuais, uma vez que as chances de ambos sobreviverem e alcançarem melhores posições nas redes de competição internas e externas dependem da quantidade de capital social eventualmente acumulada.

Florescência textual islandesa

O caso da Islândia medieval atende perfeitamente essas condições em diversos momentos históricos. A frequente perplexidade gerada ao se tentar explicar o fato de que mais textos foram produzidos na Islândia do que em qualquer outro território da Europa no período pode receber uma nova resposta a ser adicionada ao seu estoque atual. De fato, se pensarmos em termos de sociedades grandes e pequenas, periféricas ou centrais, seria mais provável encontrar essa florescência textual em outro lugar, ou seja, em qualquer parte da Escandinávia ou da Europa entre o mar Negro e o oceano Atlântico. Entretanto, precisamente por tais países como Dinamarca, Noruega ou Suécia serem entidades relativamente estabelecidas no século XI, e por sua população ter sido sedentária, com seus acordos culturais básicos aceitos - incluindo o sócio-político e o econômico -, não nos espanta não terem sido necessários nesses lugares grandes esforços para criar ou difundir o que parece já ter sido basicamente resolvido. Em contraste, os islandeses tiveram que lidar com suas origens, criar genealogias para legitimar sua posse de terras ou tornar explícitas suas relações com outros membros da sociedade, estabelecer seu sistema de governo e investir muita energia em regulamentar sua linguagem - tudo com a intenção de tornar possível a vida no novo território que eles tinham vindo ocupar. Como os antigos israelitas, eles provavelmente memorizaram suas genealogias por muitos séculos antes que elas fossem registradas em texto, descreveram quem tomou posse de qual território (*Landnámabók*, “O livro da colonização”), desenvolveram histórias do passado nórdico, Noruega, Islândia e

Groelândia, as Ilhas Faro, e mesmo retornaram no tempo para contar sobre épocas míticas (Islendingabók, “O livro dos islandeses”, *Heimskringla*, “A história dos reis da Noruega”, e mais). Eles escreveram histórias que serviram para todos os fins acima referidos, combinando genealogias com as histórias de famílias proeminentes envolvidas em disputas sobre uma variada gama de reivindicações.

O que não pode ser esquecido nesse contexto, ainda que seja quase sempre tomado como fato consumado, é a questão de que toda essa atividade teve lugar no vernáculo, que se tornou comparativamente padronizado no contexto da época. O islandês, portanto, não estava marginalizado como a maioria das línguas vernáculas em outras partes da Europa latinizada. Ao contrário, a adoção do alfabeto romano lhe deu seu fundamento operacional apropriado. Ela logo se desenvolveu como uma língua suficientemente distinta das outras línguas nórdicas, incluindo o norueguês.¹³ Essa é uma forte evidência de foco doméstico, e não “internacional”, em marcante contraste com o resto da cristandade medieval. Apenas a título de ilustração, em contraste com o Landnámabók, o Íslendingabók e o Heimskringla, textos escritos em latim como o *Gesta Hungarorum* (ver nota 19), que eventualmente teve um papel formativo no nacionalismo húngaro do século dezenove, foram direcionados à Itália e outras partes da Europa civilizada e dificilmente tiveram alguma ressonância na população local contemporânea.¹⁴

Os israelitas escreveram a história sobre seu êxodo do Egito e ocupação da terra de Canaã. Se esse fosse um relato verdadeiro de sua história, eles teriam que

13 Ver a extensa discussão de Stefán Karlsson (1979) sobre a diferença entre islandês e norueguês, em particular os traços caracteristicamente noruegueses (“normagism”) no manuscrito importado da Islândia para a Noruega. “A divisão entre as línguas aumentou no século XIII e ainda mais no século XIV” (KARLSSON, 2004, p. 9), quando mesmo o islandês ‘norueguizado’ não podia mais ser entendido na Noruega.

14 “[...] a obra foi originalmente encomendada com propósitos propagandistas, especificamente com vistas a uma audiência italiana [...]. Toda a estrutura da obra foi influenciada pela intenção de demonstrar que a Hungria sempre foi um governo legal, no qual mesmo seus predecessores hunos viveram e foram dirigidos *Romano more*, e onde os trabalhos do governo assim como as relações entre os elementos livres e servis eram baseados no direito estatutário e costumeiro (VESZPRÉMY, SCHAER, 1999, p. xx).

explicar a si mesmos de onde vieram e com que direito tomaram a terra de outros grupos que ali viviam. Se esse não foi um relato verdadeiro, como afirmam alguns modernos arqueólogos (ver FINKELSTEIN et all. 2007), então eles tiveram que inventar essas histórias para legitimar sua própria identidade. Os islandeses, um similar grupo migrante, criaram a história de seu êxodo da Noruega e contaram sua história sobre como a terra que descobriram era deserta e hospitaleira. Essa história, também, não parece ser muito crível. Vários testemunhos nas próprias fontes islandesas mencionam as origens célticas dos islandeses. Algumas ideias propostas por historiadores revisionistas baseados em testes de carbono e outros materiais¹⁵, e o projeto Genoma islandês que revelou que “63% dos colonizadores islandeses do sexo feminino eram de origem céltica e possuíam linhas ancestrais cujas origens remontam às ilhas britânicas” (THE ARNI, 2010; ver também HELGASON, 2004) atualmente reforçam a visão de que a narrativa medieval foi criada no âmbito de uma imagem histórica engendrada. Entretanto, sem dúvida o fato de que muitos representantes do sexo masculino na verdade derivaram da Noruega teve seu impacto tanto sobre a autoimagem quanto sobre as relações atuais entre as duas nações, eventualmente levando a reivindicações da Noruega sobre a Islândia, que foram totalmente contempladas no século XIII pela aceitação por parte dos islandeses da soberania norueguesa. Isso não poderia ter acontecido sem o antigo hábito de se ver a Noruega como a terra mãe da Islândia, uma posição que havia permitido aos reis noruegueses intrometer-se nos assuntos dos colonizadores (pelo menos de acordo com a versão de Hauk do *Landnámabók*), impor o cristianismo por volta do ano 1000, e interferir no comércio e na política islandesa durante a era republicana.

A ideia de que os textos islandeses surgiram e proliferaram por motivos concretos de autopromoção e ganhos políticos e sociais tem sido expressa em vários momentos por muitos estudiosos, especialmente islandeses, em geral em conexão com textos específicos. Os argumentos de Jakob Benediksson (1978) e

15 Um relato sobre alguns desses estudos é apresentado por SMITH, 1995. Para estudos posteriores ver WALLACE, 2003 e 2009.

Sveinbjörn (1974; 2001) de que o *Landnámabók* “manipula tradições históricas e genealógicas para legitimar reivindicações de propriedade e prerrogativas de famílias da elite dos séculos XII e XIII” (SMITH, 1995, p. 320) são bem conhecidos. Lönnroth, que apoia exaustivamente a ideia de que a *Saga de Njáll* foi escrita “do ponto de vista da família Svinfelling” (Lönnroth, 1976, p. 178) para promover as reivindicações de status da família, reconhece Barði Guðmundsson como provavelmente o primeiro a ter levantado essa hipótese (Guðmundsson 1937; 1958). Outro exemplo bem conhecido é o caso da *Saga de Erik*, resumido de forma sucinta por Birgitta Wallace:

Estudiosos mostraram que a *Saga de Eirik* foi escrita para apoiar a canonização do bispo Björn Gilsson, que morreu em 1162 [...]. Esperava-se que um relato de ancestrais ilustres e excepcionais acompanhasse toda petição para beatificação e o bispo Björn era um descendente direto de Thorfinn Karlsefni e Gudrid Thorbjarnardóttir. Além do mais, o legífero Hauk Erlendsson, que editou a versão do “livro do Hauk” da *Saga de Eirik*, era ele mesmo também um descendente direto de Thorfinn e Gudrid, distante deles por nove gerações. Assim, as atuações de Thorfinn Karlsefni e Gudrid foram amplamente embelezadas e amplificadas, enquanto as de Leif Eriksson e sua família quase desapareceram completamente (WALLACE, 2003, p. 10).

Afirmações similares têm sido apontadas em conexão com várias outras sagas. Em termos gerais, grandes estudiosos dos textos das sagas, como Hallberg, Durrenberger e Hastrup, sugeriram que “esses textos foram escritos para preservar um senso de unidade cultural quando a independência islandesa estava em crise ou para criar um senso de identidade quando a sociedade estava se desenvolvendo” (SMITH 1995, p. 320).

Recentemente, entretanto, uma posição mais compreensiva foi proposta de forma eloquente por Axel Kristinsson em vários trabalhos (Kristinsson 2003; 2004; 2010, esp. p. 211-228), nos quais ele fez uma conexão entre a produção de textos no século XIII e a *divisão política* da Islândia. Em contraposição a outras sociedades medievais, onde textos similares podem ter servido ao

mesmo propósito¹⁶, Axel Kristinsson acredita que a Islândia produziu um maior número de textos de sagas simplesmente porque “era dividida em um grande número de unidades políticas, todas exigindo algum recurso para ajudá-las a sobreviver em um ambiente hostil” (KRISTINSSON, 2003, p. 2). Ele, deste modo, aceita a ideia de que a necessidade de autopromoção cresce quando o ambiente é hostil, enquanto um ambiente relativamente pacífico e livre de conflitos pode não ter demandado a liberação de tais energias.

O argumento convincente de Kristinsson (consubstanciado por uma discussão detalhada de textos relevantes) tem a vantagem de estar concretamente ligado a condições mais específicas do século XIII do que havia sido até então sugerido. Meu argumento, em contraste, é menos concreto e pode parecer mais fraco no sentido de que ele não se refere a relações reais entre textos e detentores de poder específicos. Entretanto, indo além da questão de defender por produtos verbais as posições de detentores de poder específicos em conflito com seus pares, minha alegação é de que os textos acabaram por criar, ainda que não tenham sido produzidos com essa intenção, *acordos sociais*, e conseqüentemente *umentaram o capital social*.¹⁷ Ainda que não haja contradição entre os argumentos, eles, no entanto, apresentam perspectivas algo diferentes. Na visão de Kristinsson cada grupo tinha que fazer um elevado esforço para produzir autoimagens de autolegitimação. Minha alegação é que a *totalidade* da produção pode ter ajudado a criar o equilíbrio geral de poder, o que normalmente chamamos de “pactos sociais”, sem os quais a sociedade como um todo, e não apenas alguns de seus membros, não sobreviveria. Em outras palavras, meu argumento é que o acúmulo de “ruído” gerado por esses

16 Por exemplo, Ström acredita que no século X “a disputa pelo poder, durando várias gerações, entre a casa real norueguesa e a dinastia dos jarls da Noruega do Norte” (STRÖM, 1988, p.456) produziu uma pletera de poesia escáldica que majoritariamente apoiava a situação dos jarls, em particular o caso de Hákon Jarl (937-995) contra Ólafr Tryggvason e Ólafr Haraldsson. Entretanto, eu gostaria de lembrar que quando a disputa terminou com a vitória da dinastia real, esses textos escáldicos não foram mais preservados na Noruega, provavelmente porque não mais necessários e certamente porque estavam em choque direto com o agora dominante Cristianismo. Os textos são conhecidos por nós principalmente pelas compilações islandesas, em particular *Edda* de Snorri.

17 Quanto à função desse tipo de atividade na geração de capital cultural, ver TULINIUS, 2004, especialmente pp. 8-12.

textos realmente produziu energia social, significando acesso a recursos e a uma rede de interações contínuas.

Ouso dizer ter encontrado um respaldo para essa perspectiva geral em um insight excepcional - vindo de um informante privilegiado - sobre a relação entre florescência e declínio textual na conexão com disputas de status e poder. Estou me referindo ao “oficial de justiça do condado de Skagarfjord” do século XIX, Jón Espolin, que fez um esforço heroico para reviver os registros históricos, principalmente nos períodos em que não havia mais interesse em continuar os registros ou qualquer coisa parecida com os textos mais antigos. No prefácio para o segundo volume do seu monumental *Íslands árbækur í söguformi* (“Anais da Islândia em uma forma narrativa”), ele brevemente expressou a visão de que a segurança no poder torna os textos e registros dispensáveis. Em sua visão, o fato de após a morte de tantas pessoas com a praga de 1402-1404 a riqueza ter se acumulado nas mãos de tão poucos, acabou tornando esses poucos tão seguros em suas posições sociais que eles não tiveram mais que se esforçar arduamente para mantê-las frente a seus competidores.¹⁸ Na verdade, essa pode ser também uma descrição correta da situação que havia prevalecido durante as primeiras gerações após o povoamento.

18 “Enn í hinni xvdu öndverdri kom plágann mikla, féll þá allr forn dugnadr, ok allt atferli af fólksfæd, enn sumir menn urdu sva audugir, at þeirra gætti einna samann í landinu, ok þurftu ei at ástunda fornra manna yðun, þó mannfólkid fjölgadi nokkuð aptr, því féð vann fyrir. Við þat aflagðist allr áhugi til annars frama enn auds, ok giördist vanþekking mikil um allt þat er ádr var, ok hyrduleysi á því at terkna upp þat er á þeirra dögum skedi, ok hverskyns lærdomsléysi, enn rostr urdu þat at eins, er rikismönnum, fraendum eda mágum bar samann um fiár edr arfadeilr, ok efldust þær því meira, sem þeir fiölgudu meira, ok urdu fiærskyldari” (ESPOLIN, 1823, *Formáli* [sem número de página]; a citação é trazida aqui na sua pronúncia original). “Mas durante a primeira metade do século XV uma grande praga grassou, em consequência todo o dinamismo anterior desapareceu, mas alguns homens enriqueceram tanto que se tornaram os únicos de importância no país, e não tiveram que trabalhar como as pessoas faziam nos tempos anteriores, mesmo que a população tivesse crescido novamente, uma vez que o capital trabalhava para eles. Consequentemente, (as pessoas) estavam interessadas apenas na riqueza, e tornaram-se bem ignorantes sobre como as coisas eram antes, e desinteressadas em reportar (?) o que acontecia no seu próprio tempo, e não dispunham de educação, mas (a vida) tornou-se brutal e oficiais, primos e cunhados disputavam dinheiro ou herança, e (essas classes) se tornaram mais cruéis quando cresceram em número e as facções eram de parentes mais distantes”. (Sou grato a Jón Karl Helgason pela tradução dessa passagem).

Segundo a datação, os textos islandeses não surgiram imediatamente no período inicial do povoamento, mas em um período bem posterior, no século XII e mais tarde. Acordos sociais também levaram algum tempo para se cristalizar. O evento mais significativo na emergência da ordem social, a fundação do *Alþingi*, não aconteceu até 930, contando mais de sessenta anos após a suposta primeira colonização. Uma comparação com outras sociedades, da mais alta antiguidade aos períodos mais tardios, mostra que isso não é de forma alguma algo único. Mesmo em casos apresentados como conquistas e migrações organizadas em massa, como o êxodo dos israelitas e sua conquista da terra de Canaã, ou o êxodo dos Magyars para conquistar a bacia de Pannonia (896-900),¹⁹ os arranjos sociais e a produção de textos levaram gerações para cristalizar. Acredito que as palavras escolhidas por Birgitta Wallace para explicar essa situação poderiam ser perfeitamente aplicáveis aqui: “Uma colônia não se cria da noite para o dia. [...] Desenvolver o povoamento e liberar mão de obra para novos empreendimentos leva tempo, especialmente numa área previamente desabitada” (WALLACE 2009, p. 116).

Se adotarmos a hipótese corrente que propõe uma relação entre competição e a necessidade de fazer acordos sócios-culturais, então é de se esperar que os primeiros colonizadores possam não ter se envolvido em uma concorrência feroz já que havia terra arável suficiente para todos, uma situação que inevitavelmente mudou nas gerações subsequentes, quando grandes propriedades de terra tiveram que ser divididas entre uma larga descendência, confrontos na fronteira se intensificaram e conflitos de interesse cresceram enormemente. Além do mais, apesar de a escrita ser conhecida no alfabeto rúnico, somente a decisão de se tornar parte do mundo cristão - assim entrando em relações de comparação, competição e interação com vários centros da

19 A historiografia húngara nomeia a conquista de Pannonia pelos Magyars como “tomada de terra” (Honfoglalás, “o povoamento da terra natal”, literalmente: “a tomada de casa”). Essa não é uma noção medieval, mas sim de cunhagem moderna, provavelmente baseada no alemão *Landnahme* (RÓNA-TAS 1999, p. xviii), apesar de alguns contestarem essa ideia (sou grato a Görgy Kálmán por essa comunicação). Os primeiros trabalhos históricos, notavelmente o *Gesta Hungarorum*, foram produzidos na Hungria no século XIII (VESZPRÉMY; SCHAER, 1999), ou seja, cerca de trezentos anos após o povoamento.

Europa (como Paris, Roma ou Hamburgo) - permitiu aos islandeses, ou na verdade os pressionou, a se engajarem na produção textual escrita. A necessidade de passar por todas as fases para se estabelecerem (como acima descrito), portanto, não prevaleceu até cerca do século XII, quando a história e outras histórias foram conseqüentemente escritas de acordo com as visões e prioridades contemporâneas.

Alguns estudiosos como Callow (2006) levantam dúvidas sobre a aceitabilidade da datação dos textos discutidos acima. Em sua visão, alguns deles podem ter sido produzidos antes do que se pensava. Por outro lado, como mencionado acima, outros não aceitam mais a história oficial da colonização islandesa proposta pelos textos canonizados. Nessa perspectiva, o grupo que originalmente povoou a Islândia pode não ter sido aquele que eventualmente criou ordem e impôs sua memória através de seus textos. Seja qual for o caso, o crescimento de rivalidades e o embate entre interesses conflituosos gradualmente pavimentaram o caminho para a criação de versões hegemônicas sobre origens e famílias. Elas foram produzidas para eliminar todas as outras vozes, sejam aquelas de possíveis descendentes originais dos primeiros povoadores ou, mais plausivelmente, aquelas de outros rivais contemporâneos. Ainda que uma sociedade emergente possa precisar rapidamente estabelecer acordos, se, por outro lado, agentes dominantes imediatamente tomam a liderança sem a possibilidade do outro contestar, então esses agentes não precisarão prestar conta de suas ações. É apenas quando a sociedade prolifera e as desavenças aumentam em função do crescimento da população e da maior densidade, combinados com a diminuição dos recursos (como terra, água e pastos), que a necessidade de acordos começa a se tornar premente. Esse processo na Islândia foi lento, mas por volta de 1200 houve “um avanço bastante repentino da elitização [...] quando o nível de riqueza entre os mais ricos aumentou cerca de dez vezes em apenas algumas décadas, [o que] parece ter sido o resultado de um círculo positivo de retorno entre a concentração de renda e a concentração de poder” (KRISTINSSON, 2010, p. 219).

Entretanto, uma vez que os líderes não foram capazes, ou não tiveram interesse, em conceber um estado de poder centralizado como os escandinavos, a necessidade de persuadir e demonstrar a proeminência de alguém, inclusive por verbalismos que apelam para as emoções e imaginação das pessoas, deve ter sido maior do que em qualquer lugar. “Sem um poder central para executar a lei e a ordem, o verdadeiro poder apoiava-se nas redes de amizade e alianças. A sobrevivência social e política dependia do número de aliados que poderiam ser reunidos em tempos de conflito” (VÉSTEINSSON ET AL, 2002, p. 19).

Por quem os sinos doam? Por quem e como os textos são consumidos

A discussão sobre textos quase sempre é interrompida no nível da produção (e das intenções do produtor). O tipo de questões levantadas neste artigo não permite tratar a ideia do consumo do texto como algo presumido. A própria essência do meu argumento tem sido de que os textos islandeses serviram para propósitos públicos e comunais, mesmo quando motivados por interesses individuais ou grupais. Sem uma “audiência alvo” não faria sentido manter tal argumento, uma vez que ele iria *ipso facto* tornar-se desprovido de qualquer sentido. Reconheço que essa não é uma questão fácil de responder. Afinal de contas, gerações de estudiosos têm se debruçado sobre essa questão abordando uma gama variada de produções de textos em todo o planeta. Entretanto, acredito que isso não pode ser simplesmente ignorado. O que é entendido por “consumo”, portanto, não deve ser confundido com ideias dos estudos literários sobre “recepção” (como na *história da recepção*²⁰ de Vodička, ou o posterior *Rezeptionsästhetik* de Hans-Robert Jaus). Não há “textos” aqui para serem “lidos” como “obras de arte literárias” por “leitores” individuais, mas histórias a serem comunicadas, por meio da leitura ou em vários níveis de performance oral, dirigidas a determinados grupos e indivíduos, cujo consentimento e apoio são solicitados.

20 Ver a esclarecedora discussão de Galan (GALAN, 1982).

Afirmações acerca do propósito dos textos de conferir legitimidade, e então justificar ações frequentemente dúbias, permeiam não apenas os estudos acadêmicos literários, mas também os históricos e filológicos. Esses textos são então explicados à luz do seu propósito presumido. Por exemplo, “Toda a história Ögödei é uma inserção posterior que serviu puramente à defesa da legitimidade do ramo Tolui”,²¹ explica Róna-Tas (1999, p. 417-418) em sua discussão da história da misteriosa ascensão ao poder do segundo filho de Genghis Khan, Ögödei, no lugar de seu irmão mais velho, que supostamente cedeu sua primogenitura. Entretanto, Róna-Tas, como tantos outros, tipicamente acha desnecessário explicar quem são as pessoas às quais é solicitado consentimento sobre a legitimidade desse ato. Apesar de a história aparecer em uma passagem na antes obscura *História Secreta dos Mongóis*, do século XIII, parece que a questão do grupo-alvo desejado, e os modos possíveis pelos quais o grupo foi abordado para ser convencido, não constitui um problema que pede por alguma solução. Esse exemplo poderia ser multiplicado e, entretanto, parece-me imperativo evitar cair na mesma armadilha com nossa hipótese sobre florescência textual.

Os métodos geralmente usados para checar o uso de textos baseiam-se em vários tipos de evidência. Um método preocupa-se com o acúmulo de testemunhos escritos com registros sobre os modos pelos quais os textos foram consumidos. Outro com a existência de um significativo número de cópias. Se os textos relevantes foram copiados em escolas como parte do currículo (como é o caso das escolas babilônicas, acadianas, egípcias e sumérias), isso pode ser tomado como evidência de seu alto consumo. A condição física dos textos também pode fornecer alguma informação sobre seu uso: em toda biblioteca há maior desgaste dos livros que são mais emprestados e lidos. Na tradição judaica, textos que adquiriram um estado de desgaste completo não eram

21 Referindo-se à família de Tolui, o filho mais jovem de Genghis Khan, cuja linhagem reinou a Mongólia Interior e Exterior de 1251 a 1635, e a Mongólia Exterior até 1691.

jogados no lixo, mas enterrados no solo ou escondidos no sótão.²² Um critério que merece ser explorado, em particular no caso islandês, é a sugestão de Driscoll (2004) sobre comentários nas margens dos manuscritos, recentemente apresentada de forma notável por Schott (2010).

No caso dos textos islandeses, nós possuímos na verdade alguns indícios sobre os hábitos de leitura. Todos conhecem a passagem da *Saga de Sturlungs* sobre Porgils Skarði que é indagado por seu anfitrião que tipo de entretenimento (*gaman*) ele preferia ter à noite: “histórias ou dança”. Porgils escolhe ouvir a história sobre Thomas de Canterbury e “var þá lesin sagan” (a história foi lida) para ele (*Sturlungasaga*, edição de Vigfússon, 1878, p. 245, ch. 314). Entretanto, o entusiasmo com o qual essa passagem foi repetidamente citada tem sido atenuado (especialmente PÁLSSON, 1962). Em algumas abordagens, porém, ela não deixa de ter algum valor, uma vez que pode ser apoiada pelo que alguns estudiosos descrevem como uma longa continuidade na sociedade islandesa para justificar tais conclusões.²³

Com relação às cópias, é “provável que mais textos medievais tenham sido perdidos do que preservados” (ÓLASON, 2004, p. 32), para não mencionar o

22 O exemplo mais famoso é o tesouro inestimável de mais de 280.000 fragmentos de textos medievais (datados entre 1025 e 1266) encontrados no sótão da sinagoga Ben Ezra em al-Fustat (Cairo Antigo), no Egito, conhecido sob o nome da Guenizá do Cairo (Guenizá em hebreu significa arquivamento, armazenamento, preservação, ocultação). Muitos deles eram de livros de inquestionável circulação.

23 “Os manuscritos eram lidos em voz alta na Idade Média, e uma vez que a propriedade de livros se tornou mais comum nos séculos posteriores esse costume continuou, mesmo após o surgimento da imprensa. Em sua descrição da Islândia de 1590, Oddur Einarsson diz que os fazendeiros na Islândia entretinham e divertiam seus convidados por horas com as leituras das sagas. No século XVIII a principal forma de lazer nas noites permanecia sendo a leitura das velhas sagas islandesas e a recitação das baladas, um costume que continuou no século XX” (SIGURDSSON, 2004b, p. 8). Na opinião de Jón Karl Helgason, “a documentação contemporânea sobre como esses textos eram utilizados entre 1300 e 1600 é escassa, mas, como Pálsson [1962] ilustrou de forma convincente, podemos supor que as leituras semipúblicas das sagas de família e de várias formas de literatura não-secular eram um passatempo favorito nas fazendas islandesas do período. [...] Essa tradição de leitura, que continuou até o século XX, revela como a típica audiência islandesa das antigas sagas inicialmente recebeu essas narrativas em forma oral. E assim como escribas individuais reescreveram os manuscritos que eles estavam transcrevendo - adicionando e omitindo palavras, sentenças, versos e mesmo passagens - então pode-se imaginar que cada leitura (ou performance) de um manuscrito particular fosse diferente” (HELGASON, 2008, pp. 65-66).

desastroso incêndio de Copenhagem de 1728 que destruiu vários manuscritos (apesar de a maior parte da coleção de Árni Magnússon ter sobrevivido intacta ou em cópias em papel). O estado atual das cópias, portanto, não pode ser interpretado como uma indicação segura de seu consumo. Parece significativo que existam mais cópias de determinadas sagas, tais como *A Saga de Njáll* do que de outras narrativas. Isso possivelmente indica sua maior popularidade do que outros textos dos quais possuímos apenas uma cópia. Por outro lado, de um texto formativo como *Landnámabók* apenas cinco cópias sobreviveram até hoje, e apenas duas delas são versões completas, embora em cópias em papel do século XVIII. Deve-se, portanto, lidar com muito cuidado com esse critério.

Finalmente, podemos fazer várias inferências plausíveis a partir da condição física dos manuscritos islandeses. A maioria deles, como os textos da Guenizá do Cairo (veja nota 22), são bastante usados: o pergaminho é rígido e a página tende a ser escura. O texto não é sempre facilmente legível também, uma vez que os caracteres estão borrados ou apagados. Todos os historiadores dos manuscritos interpretaram isso como evidência de seu grande uso, assim como por terem sido “mantidos em úmidas casas de fazendas feitas de turfa e cheias de fuligem” (GUDMUNDSDÓTTIR; GUDNADÓTTIR, 2004, p. 46), ainda que outras explicações tenham sido sugeridas. Essa situação é normalmente contrastada com a atual boa condição dos manuscritos reais noruegueses, assim como dos manuscritos islandeses mantidos na Noruega que permaneceram mais flexíveis e claros, provavelmente por terem sido manuseados para leitura com menor frequência, e sem dúvida usados sob condições muito melhores e por menos indivíduos. Entretanto, deve-se ter em mente que não podemos saber nada sobre a condição dos manuscritos nos períodos próximos à sua produção, isto é, entre os séculos XII e XV. Suas condições podem ter piorado mesmo sem conexão com seu uso, uma vez que perto do fim do século XVIII, quando Árni Magnússon começou a colecioná-los, muitos deles estavam simplesmente jogados em algum depósito esquecido. As cuidadosas precauções tomadas com os manuscritos são recentes. No século XIX, os filologistas das sagas não hesitaram no esforço de ler linhas difíceis com um dedo molhado, e mesmo métodos

tecnologicamente mais avançados como lâmpadas de quartzo usadas nos anos 1940 por um famoso estudioso das sagas como Einar Ólafur Sveinsson são hoje considerados danosos. Em resumo, enquanto o estado dos manuscritos pode ser interpretado como evidência de seu amplo uso nos últimos setecentos anos, não se pode inferir que no período aqui discutido sua condição fosse tão deteriorada.

É escusado dizer que a popularidade dos textos não deve ser interpretada em termos de leitura silenciosa. Desde a antiguidade, relativamente poucas pessoas sabiam ler e, portanto, os textos precisavam ser lidos para elas em voz alta (GITAY, 1980, p. 191; Redford, 1992, p. 66; Silverman, 1990; Niditch, 1996): “mesmo leitores solitários, lendo para si próprios, liam em voz alta. [...] Ler era, assim, uma performance oral sempre que ocorria e em quaisquer circunstâncias. O período final da antiguidade não conhecia em absoluto o ‘leitor solitário, silencioso’” (ACHTEMEIER, 1990, p. 16). Textos que eram de importância especial para os detentores do poder deveriam ser difundidos publicamente por tais práticas de leitura oral. Esse método podia também garantir mais facilmente maior atenção e certamente maior controle sobre a audiência. Obviamente as pessoas não precisavam realmente ouvir quando coagidas a participar de tais eventos de leitura, mas poucos resistiriam à tentação caso o texto viesse a contar uma estória atrativa, cheia de aventuras, conflitos, inimizades, amor e humor.

Quando Neemias, “o governador”, auxiliado por Esdras, “sacerdote e escriba”, reconstruiu - ou alguns diriam, inventou - a nação judaica após o retorno do exílio na Babilônia, ele determinou a leitura pública das escrituras:

O escriba Esdras postou-se num estrado de madeira que tinham construído para a ocasião. [...]. Esdras abriu o Livro à vista de todo o povo, pois estava em lugar mais elevado do que a multidão. Quando o escriba abriu o Livro, todo o povo se levantou. [...] Liam distintamente no Livro da Lei de Deus e explicavam o sentido, de maneira que se pudesse compreender a leitura. (Neemias, 8, 4-9, Bíblia católica).

Poderíamos dizer que na descrição acima os israelitas que se reuniram para a congregação tornaram-se audiência cativa da performance de leitura. Que paralelo possível poderia ser concebido para a difusão das histórias das sagas?

Se os textos de fato tiveram que cumprir um papel e atingir alguns resultados (como claramente é a situação suposta por Axel Kristinsson) então seria preciso envolver ouvintes interessados. Seria possível até mesmo considerar a ideia de que um clã hostil poderia desejar ouvir histórias sobre algum clã rival com o qual possuíssem alguma disputa? Acredito que isso é altamente improvável. Também acredito que precisamos excluir a possibilidade de que no período aqui discutido os textos viajassem livremente, como livros modernos, através do país, com alguns mascates medievais por assim dizer, ou um artista itinerante. Ainda que alguns textos possam ter circulado dessa maneira, e alguns tenham chegado a países distantes, como a Noruega (Karlsson, 1979), precisamos reconhecer que a propaganda ou divulgação sugerida era dirigida primariamente não para adversários, mas para amigos e aliados reais e potenciais. Possuía a intenção de reforçar sua lealdade ou pelo menos ganhar sua aquiescência, da mesma maneira como os textos nacionais começaram a cumprir um papel na criação de coesão e consenso por meio da difusão massiva pelos estados modernos europeus desde o fim do século XVIII.²⁴ Na Islândia, o detentor do poder era provavelmente não apenas aquele que tornava financeiramente possível a alguém que escrevesse, compilasse ou copiasse textos, e que provia os caros materiais exigidos (pergaminho e tinta), mas também aquele que possuía os meios para reunir as pessoas para as sessões de leitura.

Tais sessões quase sempre aconteciam em conexão com festas e banquetes. “Festejar era uma parte central das principais sociedades do Atlântico Norte, um meio de cimentar laços de amizade e dependência e para impressionar

²⁴ Ver EVEN-ZOHAR, 1996 sobre a função dos textos na criação das novas nações europeias.

competidores, refletindo a economia social da época da colonização baseada no prestígio” (VÉSTEINSSON et al, 2002, p. 19). Nos banquetes, muitos pratos de boa qualidade eram servidos, “incluindo peixes de água salgada, ovos, leite, queijo, carneiro, carne vermelha e mesmo alguma cerveja” (p. 19). Eu gostaria de incluir na lista de “peixes de água salgada, ovos, leite, queijo, carneiro, carne vermelha e mesmo alguma cerveja” outro importante ingrediente que há muito tempo foi reconhecido - a apresentação de textos. Não quero dizer que ela fosse a parte mais importante da festa, mas seria uma ocasião única para seduzir as pessoas a ouvirem.

A modo de conclusão

Este estudo não é sobre a natureza literária dos textos, mas antes uma tentativa de atrair a atenção para sua importante função na criação de recursos sociais. Sem tais recursos, grupos humanos, sejam grandes ou pequenos, não podem ser administrados facilmente. Teorias do capital social sugerem que na ausência desse capital há maior probabilidade de um fracasso geral em termos de sobrevivência e adaptação. As sociedades islandesas entre os séculos XII e XIV conseguiram criar acordos socioculturais complexos sob as difíceis condições de ausência de aplicação da governança e de uma crescente e feroz rivalidade entre os detentores do poder local. É a moderna tradição de ver os textos e sua produção quase exclusivamente no contexto da “literatura” que com frequência dificulta o entendimento do poderoso papel que eles podem ter tido em vários momentos cruciais na história humana. E a Islândia teve definitivamente um desses momentos nos séculos especificados. O que acontece com esses textos nos séculos seguintes, a emergência de compilações de textos como bens preciosos, sua reciclagem desde o fim do século XVIII para propósitos de aquisição de prestígio, e seu uso para o projeto de construção da nação são com certeza outros capítulos históricos.

Referências

- ACHTEMEIER, P.J. Omne verbum sonat: The New Testament and the Oral Environment of Late Western Antiquity, *Journal of Biblical Literature*, 109, 1, pp. 3-27, 1990.
- ASSMANN, J. *Maât, l'Égypte pharaonique et l'idée de justice sociale*. Paris: Julliard, 1989.
- BENEDIKTSSON, Jakob. Some Problems in the History of the Settlement of Iceland. In: Andersson, Thorsten, SANDRED, Karl Inge (eds). *The Vikings: Proceedings of the Symposium of the Faculty of Arts of Uppsala University*, June 6-9, 1977, Stockholm, Almqvist & Wiksell International, 1978, pp. 161-165.
- BYOCK, J.L. *Medieval Iceland: Society, Sagas, and Power*. Berkeley: University of California Press, 1990.
- CALLOW, C. Reconstructing the Past in Medieval Iceland, *Early Medieval Europe*, 14, 3, pp. 297-324, 2006.
- CLEWORTH, B.A.M. An Icelandic Genesis. In: NEY, A., WILLIAMS, H., LJUNGQVIST, F. Charpentier (eds). *Á austrvega: Saga and East Scandinavia*. Preprint Papers of The 14th International Saga Conference, Uppsala, 9th-15th August 2009, Gävle, Gävle University Press, 2009, pp. 176-184.
- DRISCOLL, M.J. Postcards from the Edge, *Variants: The Journal of the European Society for Textual Scholarship*, 2-3, pp. 21-36, 2004.
- DRIVER, G.R.; MILES, J.C. (eds). *The Babylonian Laws*, i-ii. Oxford: Clarendon Press, 1952-1955.
- DURRENBERGER, E.P. *The Dynamics of Medieval Iceland: Political Economy and Literature*. Iowa City: University of Iowa Press, 1992.
- ESPÓLÍN, Jón. *Íslands árbækur í sögu-formi*, ii. Kaupmannahöfn: Íslenzka Bókmenntafélag, 1823.
- EVEN-ZOHAR, Itamar. The Role of Literature in the Making of the Nations of Europe: A Socio-Semiotic Study, *Applied Semiotics / Sémiotique Appliquée*, 1, pp. 20-30, 1996.
- EVEN-ZOHAR, Itamar. Literature as Goods, Literature as Tools. *Neohelicon*, 29, 1, pp. 75-83, 2002.
- EVERETT, D.L. *Language: The Cultural Tool*. New York: Pantheon Books, 2011.
- FINKELSTEIN, I. MAZAR, A., SCHIMIDT, B.B. (eds). *The Quest for the Historical Israel: Debating Archaeology and the History of Early Israel*. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2007.
- FUKUYAMA, F. *Trust: the Social Virtues and the Creation of Prosperity*. New York: Free Press, 1995.
- GALAN, F.W. Is Reception History a Literary Theory? In: STEINER, P. ČERVENKA, M.; VROON, R. (eds). *The Structure of the Literary Process: Studies Dedicated*

to the Memory of Felix Vodička. Amsterdam: J. Benjamins Pub. Co., 1982, pp. 161-186.

GITAY, Y. Deutero-Isaiah: Oral or Written? *Journal of Biblical Literature*, 99, 2, pp. 185-197 1980.

GUÐMUNDSDÓTTIR, Soffía Guðný; Guðnadóttir, Laufey. Book Production in the Middle Ages. In: ÓLASON, Vésteinn; SIGURÐSSON, Gísli (eds). *The Manuscripts of Iceland*. Reykjavík: Árni Magnússon Institute in Iceland, 2004, pp. 45-61.

GUÐMUNDSSON, Barði. Goðorð forn og ný. *Skirnir*, 111, pp. 56-83, 1937.

GUÐMUNDSSON, Barði. *Höfundur Njálu*: safn ritgerða. Reykjavík: Menningarsjóður, 1958.

HALLBERG, P. *The Icelandic Saga*. Tradução de Paul Schach. Lincoln: University of Nebraska Press, 1962.

HALLDÓRSSON, Ólafur. *Grænland i miðaldaritum*. Reykjavík: Sögufélag, 1978.

HARPER, R.F. (ed.). *The Code of Hammurabi, King of Babylon*. Chicago: The University of Chicago Press, 1904.

HASTRUP, K. *Culture and History in Medieval Iceland: An Anthropological Analysis of Structure and Change*. Oxford: Clarendon Press, 1985.

HELGASON, Agnar. Uppruni Íslendinga: Vitnisburður erfðafræðinnar. In: Björnsson, Árni, Róbertsdóttir, Hrefna (eds). *Hlutavelta tímans*. Menningararfur á Þjóðminjasafni. Reykjavík: Þjóðminjasafn Íslands, 2004, pp. 48-55.

HELGASON, Jón Karl. *Ferðalok*. Reykjavík: Bjartur, 2003.

HELGASON, Jón Karl. Continuity? The Icelandic Sagas in PostMedieval Times. In: McTURK, R. (ed.). *A Companion to Old Norse-Icelandic Literature and Culture*. Oxford: Blackwell, 2005, pp. 64-81.

HELGASON, Jón Karl. A Poet's Great Return: Jónas Hallgrímsson's Reburial and Milan Kundera's Ignorance, *Scandinavian-Canadian Studies*, 20, pp. 52-61, 2011.

KARLSSON, Stefán. Islandsk bogeksport til norge i middelalderen, *Maal og Minne*, 1-2, pp. 1-17, 1979.

KARLSSON, Stefán. *The Icelandic Language*. Tradução de Rory McTurk. London: Viking Society for Northern Research, 2004.

KELLER, C. Kolonisering av Island og Grønland. In: MORTENSEN, A., NIELSSEN, A.R.; THOR, Jón Th. (eds). *De vestnordiske landes fælleshistorie*. Nuuk: Direktoratet for Kultur, Uddannelse, Forskning, 2006, pp. 2-19.

KJARTANSSON, Helgi Skúli. Law Recital According to Old Icelandic Law: Written Evidence of Oral Transmission? *Scripta Islandica: Isländska Sällskapetets Årsbok*, 60, pp. 89-103, 2009.

KRISTINSSON, Axel. Lords and Literature: The Icelandic Sagas as Political and Social Instruments. *Scandinavian Journal of History*, 28, 1, pp. 1-17, 2003.

- KRISTINSSON, Axel. Sagas and Politics in 13th Century Borgarfjörður. In: *Sagas & Societies: Proceedings of the International Conference at Borgarnes, Iceland, September 5- 9, 2002, Section 4: Sagas as History*, Tübingen, Universitätsbibliothek Tübingen, 2004.
- KRISTINSSON, Axel. *Expansions: Competition and Conquest in Europe since the Bronze Age*. Reykjavík: Reykjavíkur Akademían, 2010.
- KRISTJÁNSSON, Jónas. The Literary Heritage. In: *Icelandic Sagas, Eddas, and Art*. New York: The Pierpont Morgan Library, 1982, pp. 9-15.
- LAWRENCE, P.K. Strategy, Hegemony and Ideology: the Role of Intellectuals. *Political Studies*, xlv, pp. 44-59, 1996.
- LÖNNROTH, L. *Njáls Saga: a Critical Introduction*. Berkeley: University of California Press, 1976.
- NIDITCH, S. *Oral World and Written Word: Ancient Israelite Literature*. Louisville, Kentucky: Westminster John Knox Press, 1996.
- ÓLASON, Vésteinn. Society and Literature. In: ÓLASON, Vésteinn, Sigurðsson, Gísli (eds). *The Manuscripts of Iceland*. Reykjavík: Árni Magnússon Institute in Iceland, 2004. pp. 25-41.
- PÁLSSON, Hermann. *Sagnaskemmtun íslendinga*. Reykjavík: Mál og menning, 1962.
- RAFNSSON, Sveinbjörn. *Studier i Landnámabók: kritiska bidrag till den isländska fristatstidens historia*. Lund: Gleerup, 1974.
- RAFNSSON, Sveinbjörn. *Sögugerð landnámabókar: um íslenska sagnaritun á 12. og 13. Öld*. Reykjavík: Sagnfræðistofnun Háskóla Íslands, 2001.
- RAULWING, P. The Kikkuli Text (cth 284): Some Interdisciplinary Remarks on Hittite Training Texts for Chariot Horses in the Second Half of the 2nd Millennium b.c.. In: GARDEISEN, A. (ed.). *Les équidés dans le monde méditerranéen antique*. Lattes: L'Association pour le développement de l'archéologie en Languedoc-Rousillon, pp. 61-75.
- REDFORD, D.B. *Egypt, Canaan, and Israel in Ancient Times*. Princeton: Princeton University Press, 1992.
- RÓNA-TAS, A. *Hungarians and Europe in the Early Middle Ages: An Introduction to Early Hungarian History*. Budapest - New York: Central European University Press, 1999.
- SCHOTT, C.M. *Footnotes on Life: Marginalia in Three Medieval Icelandic Manuscripts*, M.A Thesis. Reykjavík: Háskóli Íslands, 2010.
- SELA-SHEFFY, R. Canon Formation Revisited: Canon and Cultural Production, *Neohelicon*, 29, 2, pp. 141-159, 2002.
- SIGURÐSSON, Gísli. Bók í stað lögsögumanns: Valdabarátta kirkju og veraldlegra höfðingja. In: Sigurðsson, Gísli; Kvaran, Guðrún; Steingrímsson, Sigurgeir (eds). *Sagnaþing helgað Jónasi Kristjónssyni sjötugum 10. apríl 1994*. Reykjavík: Hið íslenska bókmenntafélag, 1994, pp. 207-232.

SIGURÐSSON, Gísli. Icelandic Nationality Identity: From Nationalism to Tourism. *In: Anttonen, P.J. (ed.). Making Europe in Nordic Contexts.* Turku: Nordic Institute of Folklore (University of Turku), 1996, pp. 41-75.

SIGURÐSSON, Gísli. *Túlkun íslendingasagna í ljósi munnlegrar hefðar: tilgáta um aðferð.* Reykjavík: Stofnun Árna Magnússonar á Íslandi, 2002.

SIGURÐSSON, Gísli. *The Medieval Icelandic Saga and Oral Tradition: A Discourse on Method.* Tradução de Nicholas Jones. Cambridge: Harvard University Press, 2004a.

SIGURÐSSON, Gísli. Oral Sagas, Poems and Lore. *In: Ólason, Vésteinn; Sigurðsson, Gísli (eds). The Manuscripts of Iceland.* Reykjavík: Árni Magnússon Institute in Iceland, 2004b, pp. 1-11.

SIGURÐSSON, Jón Viðar. *Chieftains and Power in the Icelandic Commonwealth.* Odense: Odense University Press, 1999.

SILVERMAN, D.P. *Language and Writing in Ancient Egypt.* Pittsburgh: Carnegie Museum of Natural History, 1990.

SMITH, K.P. Landnam: The Settlement of Iceland in Archaeological and Historical Perspective, *World Archaeology*, 26, 3, pp. 319-347, 1995.

STRÖM, F. Poetry as an Instrument of Propaganda: Jarl Hákon and his Poets. *In: Dronke, U. et al. (eds). Speculum Norrænum: Norse Studies in Memory of Gabriel Turville-Petre.* Odense: Odense University Press, 1981, pp. 440-458.

SVEINSSON, Einar Ólafur. *The Age of the Sturlungs, Icelandic Civilization in the 13th Century.* Tradução de Jóhann S. Hannesson. Ithaca: Cornell University Press, 1953.

TULINIUS, Torfi H. *Capital, Field, Illusio: Can Bourdieu's Sociology Help us Understand the Development of Literature in Medieval Iceland?* *In: Sagas & Societies: Proceedings of the International Conference at Borgarnes, Iceland, September 5- 9, 2002, Tübingen, Universitätsbibliothek Tübingen, 2004, pp. 1-23.*

The Árni Magnússon Institute for Icelandic Studies / Stofnun Árna Magnússonar í íslenskum fræðum. *The Origins of the Icelanders*, 2010. Disponível em: <http://www.arnastofnun.is/page/the_origins_of_the_icelanders>.

VÉSTEINSSON, Orri; McGovern, T.H.; Keller, C. Enduring Impacts: Social and Environmental Aspects of Viking Age Settlement in Iceland and Greenland, *Archaeologia Islandica*, 2, pp. 98-136, 2002.

VESZPRÉMY, L.; Schaer, F. Introduction. *In: KESA, Simonis de. Gesta Hungarorum: The Deeds of the Hungarians.* Editado por Veszprémy, L.; SHAER, F.; Szücs, J. Budapest: Central European University Press, 1999, pp. xv-xxvii.

VIGFÚSSON, Guðbrandur (ed.). *Sturlunga Saga: Including the Islendinga Saga of Lawman Sturla Thordsson and Other Works*, ii. Oxford: Clarendon Press, 1878.

WAHLGREN, E. Fact and Fancy in the Vinland Sagas. In: Polomé, E.C. (ed.). *Old Norse Literature and Mythology: a Symposium*. Austin: University of Texas, 1969.

WALLACE, B. L'Anse aux Meadows and Vinland: An Abandoned Experiment. In: Barrett, J.H. (ed.). *Contact, Continuity, and Collapse: The Norse Colonization of the North Atlantic*, Turnhout, Brepols, 2003, pp. 207-238.

WALLACE, B. L'Anse aux Meadows, Leif Eriksson's Home in Vinland. *Journal of the North Atlantic*, 2 (Special Volume 2: Norse Greenland: Selected Papers from the Hvalsey Conference 2008), pp. 114-125, 2009.

ZABUZHKO, O. They're Asking if We Have Culture! Tradução de Sofiya Skachko. Kyiv, *Ukrayins'ka Pravda On-line*, 15/04/2007. Disponível em: <<http://www.lucorg.com/news.php/news/2383/popup/true>>.